

N. 5
2012

REVISTA BRASILEIRA DE Direito Administrativo e Regulatório

COORDENADORES: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

CONSELHO EDITORIAL: André Ricardo Cruz Fontes
Ariane Brito Cal Athias
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Edilson Pereira Nobre Júnior
Fernando Facury Scaff
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
José Ricardo do Nascimento Varejão
Luciana de Medeiros Fernandes
Luiz Alberto Gurgel de Faria
Marcos Nóbrega
Paulo Gesteira Costa Filho
Tânia Vainsencher
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Vladimir da Rocha França

REVISTA BRASILEIRA DE
Direito Administrativo e Regulatório

DIRETOR RESPONSÁVEL
Marcelo Magalhães Peixoto

REVISÃO
Mônica A. Guedes

PROJETO GRÁFICO
Veridiana Freitas

EDITORÇÃO
Mônica A. Guedes

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Parma

FONTE GARAMOND PRO | TRADE GOTHIC
MIOLO OFF SET 75 G/M²
CAPA SUPREMO DESIGN 250G/M²

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2012
Av. Paulista, 1.776 - 1º andar
01310-200 – São Paulo, SP
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 2177-0476

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti</i>	
LOS LÍMITES DE LA JUSTICIA ADMINISTRATIVA EN CUBA	11
<i>Benjamin Marcheco Acuña</i>	
Introducción	11
I. Los Fundamentos de la Justicia Administrativa	13
II. Los Límites de la Justicia Administrativa en Cuba	16
El régimen de medidas cautelares	17
La naturaleza revisora de la jurisdicción administrativa	21
Límites subjetivos. Los criterios de legitimación activa y pasiva	28
Límites en cuanto al objeto. Las materias excluidas de la jurisdicción	31
La ejecución de las sentencias	47
A modo de conclusión	51
AGÊNCIAS REGULADORAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	53
<i>Cristiana Roquete Luscher Castro</i> <i>Maria da Graça F. de Almeida Prado</i>	
1. Introdução	53
2. O modelo teórico de regulação aplicado no Brasil	54
3. O papel institucional das agências reguladoras à luz da temática do desenvolvimento econômico	56
4. Conclusão	60
5. Bibliografia	61

PARCERIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	63
<i>Dinorá Adelaide Musetti Grotti</i>	
Introdução	63
1. Parcerias na administração pública	65
1.1. Parceria como forma de delegação da execução de serviços públicos	67
1.2. Parceria como meio de fomento à iniciativa privada de interesse público, efetivando-se por meio de convênio, contrato de gestão ou termo de parceria	127
1.3. Parceria como instrumento de desburocratização e de instauração da chamada Administração Pública gerencial, por meio dos contratos de gestão	132
1.4. Terceirização	134
Observações finais	148
O PATRIMÔNIO PÚBLICO NO ÂMBITO DOS INTERESSES METAINDIVIDUAIS E A TUTELA EMPREENDIDA PELO <i>PARQUET</i>	151
<i>Juliana Lacerda Pereira</i>	
1. Introdução	151
2. O patrimônio público como modalidade de interesse metaindividual	152
3. O <i>Parquet</i> e a defesa do patrimônio público	155
4. Conclusões	160
OS FUNDOS DE INVESTIMENTO NO BRASIL	163
<i>Mario Harry Lavoura</i>	
A NOÇÃO EUROPEIA DE “SERVIÇOS DE INTERESSE ECONÔMICO GERAL”: MAIS UMA FONTE INSPIRADORA (OU DOMINADORA) DO SERVIÇO PÚBLICO BRASILEIRO?	171
<i>Regis da Silva Conrado</i>	
Introdução	171
1. Formação e desenvolvimento da União Europeia e dos SIEG	172
1.1. Formação e desenvolvimento da União Europeia	172
1.2. Desenvolvimento da noção de SIEG	175
2. Serviços de interesse econômico geral e serviços públicos: crise ou conciliação?	184

2.1. Serviço de interesse econômico e noções afins na União Europeia	184
2.2. Serviço de interesse econômico geral e o serviço público brasileiro	193
Conclusão	194
Bibliografia	195
CONSIDERAÇÕES SOBRE O CARTEL DE CRISE NO DIREITO BRASILEIRO	199
<i>Ricardo Padovini Pletí</i>	
<i>Alexandre Walmott Borges</i>	
1. Delimitação temática sobre o cartel de crise	199
2. Pressupostos teóricos	201
2.1. O Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência	201
2.2. O princípio da análise econômica	204
3. O cartel	206
3.1. Delimitação conceitual	206
3.2. Enquadramento e consequências legais no direito brasileiro	211
3.3. Alguns exemplos de cartéis	213
4. Análise específica da figura jurídica do cartel de crise	215
5. Conclusão	221
6. Referências bibliográficas	222
DA ALOCAÇÃO DE RISCOS ENQUANTO FUNDAMENTO SUBJACENTE AO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	225
<i>Thiago Mesquita Nunes</i>	
I. Introdução	225
II. Da definição clássica do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos	227
III. Da alocação de riscos enquanto fundamento do equilíbrio contratual	228
IV. Quanto às concessões “comuns” de serviços públicos	231
V. Quanto às Parcerias Público-Privadas	233
VI. Conclusão	235
VII. Referências	237

